



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDE DOS SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

EDUCAÇÃO POLÍTICA: O ENSINO DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO EM SALA DE AULA

Andressa de Rodrigues Flores, acadêmica de História do Centro Universitário Franciscano e Bolsista PIBID/CAPES, UNIFRA

Pâmela Pozzer Centeno Nunes, acadêmica de História do Centro Universitário Franciscano e Bolsista PIBID/CAPES, UNIFRA

Yane Ribeiro de Freitas, acadêmica de História do Centro Universitário Franciscano e Bolsista PIBID/CAPES, UNIFRA

Orientadora: Janaina Souza Teixeira, professora do Centro Universitário Franciscano e coordenadora do PIBID, subprojeto História, UNIFRA

RESUMO: O presente artigo trata sobre um projeto desenvolvido pelos bolsistas PIBID, subprojeto História, na Escola E. de Educação Básica Augusto Ruschi, a respeito da evolução do processo eleitoral brasileiro. Diferentemente da ideia de que falar de política é um assunto delicado e perigoso, pois corre-se o risco dos alunos entenderem o trabalho como uma forma de doutrinação ou propaganda partidária, o que se buscou com essa atividade foi esclarecer algumas questões sobre a questão do voto e das eleições, e, conseqüentemente, da democracia no país. Ocorreu a apresentação para os estudantes da evolução da política nacional, desde a vinda da Família Real portuguesa até o momento presente, passando pela política dos coronéis, criação da Justiça Eleitoral, voto feminino, Diretas Já e, outros importantes fatos relacionados ao assunto. Conscientizar sobre a importância da conquista do direito do voto, para que eles entendam seus deveres e direitos de cidadãos.

Palavras-chave: educação; política; PIBID.

1. Introdução

Discute-se até que ponto é papel do professor e da escola tratar sobre a questão política em sala de aula. Existe um consenso, quase que comum, que assuntos como religião, futebol e política são temas intocáveis, tabus, os quais gerariam discussões que levariam a ofensas pessoais e brigas entre os alunos, pois cada um acabaria defendendo o seu ponto de vista e a sua preferência pessoal.

As notícias sobre mensalões, corrupção, desvios de verbas, enfim, sobre a má administração do dinheiro público fazem com que seja cada vez mais comum encontrarmos pessoas com posições negativas quanto a este assunto. O mais trágico é que “aos poucos nos acostumamos com toda essa situação. É como se ela fosse natural,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

inevitável. Vamos perdendo a capacidade de nos indignar. A violência do cotidiano social, político e econômico se banaliza” (RIDENTI, 1999, p.2).

Esquecemos que a

política não é apenas um discurso ou uma atividade própria de um grupo a ela dedicado diariamente, mas é parte integrante da sociedade desde a sua constituição, permeando todas as relações sociais. Onde há dois ou mais indivíduos se relacionando, algum nível de negociação está sendo realizado (MAGALHÃES, 1998, p. 17).

Falar sobre política dentro da sala de aula deve ser incentivado e tratado com “transparência e clareza para que se formem cidadãos mais esclarecidos sobre o poder que exercem na democracia” (GOMES, 2014). A Constituição de 1988, no seu capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, no seu artigo 205, reafirma isso ao dizer que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

A escola deve ser valorizada nesse debate, conforme diz Resende (2010, p.51) ela é uma instituição criada para a formação moral e intelectual, incluindo valores, conhecimentos e habilidades necessárias para a ação política. E, à medida que as sociedades ficam mais complexas, esta necessidade é ainda mais urgente.

2. Metodologia

Em vista de que hoje entende-se que o papel do professor não pode se limitar “a reproduzir o conhecimento e a cultura que outros desenvolveram [...] hoje precisa ser um profissional capaz de criar conhecimento” (GADOTTI, 2003, p. 22), o grupo de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UNIFRA), desenvolveu na Escola Estadual de Educação Básica Augusto Ruschi, localizada na região oeste da cidade de Santa Maria, vencedora por duas vezes do Prêmio de Referência em Gestão Escolar, um projeto chamado “Política em sala de aula: retrospectiva do sistema eleitoral brasileiro”.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Este trabalho constou de duas fases: a primeira delas sendo uma apresentação para os alunos da evolução do processo eleitoral do país e, uma segunda etapa com a distribuição de um questionário com onze perguntas referentes a política nacional, que serviu como roteiro para uma entrevista que os estudantes fizeram com um parente, ou amigo que já tivesse, no mínimo, utilizado o seu direito de voto uma vez.

Algumas perguntas nortearam o trabalho do grupo de bolsistas, como “Você já parou para pensar porque mesmo vivendo em um país livre democraticamente somos obrigados a votar”? ou ainda “Como o Brasil, colonizado e governado durante séculos por portugueses sofreu uma crise imperial que com o passar do tempo e, de diversos acontecimentos políticos, tornou-se uma República? Onde, durante a República, foi atentado contra a sua democracia, através de uma ditadura cruel e torturadora e, hoje através do voto popular possui uma mulher como representante da nação? ”

Dessa forma, o trabalho apresentado aos alunos, aponta a importância de inserir em sala de aula, juntamente com a disciplina de História, a evolução do sistema eleitoral brasileiro em ordem cronológica. Destacamos de forma resumida como a história política se desenvolveu no Brasil, desde a chegada dos portugueses até os dias atuais.

2.1) Evolução do sistema eleitoral brasileiro

Atualmente, a cada dois anos o povo vai às urnas para escolher os seus representantes, mas para que esse direito fosse estabelecido perante lei, houve um processo lento, excludente e sofrido.

O processo eleitoral brasileiro foi se aperfeiçoando ao longo do tempo. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil (1500) até o final da ditadura militar (1985), a nação brasileira passou por vários momentos de crise, medo, insegurança, ameaças e mortes, devido à instabilidade no que se refere à escolha dos governantes. Os primeiros fatos marcantes relacionados a eleições do Brasil enquanto colônia se deu em 1555 e 1821.

2.1.1) Das Ordenações do Reino ao fim do Império

Em 1555, as primeiras normas eleitorais entraram em vigência no Brasil e passaram a ser chamadas de “Ordenações do Reino”. Estas ordenações foram criadas no



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

final da Idade Média, e eram politicamente regidas pela monarquia. Sendo o Brasil uma colônia portuguesa, cabia ao rei ordenar as relações individuais e coletivas a serem estabelecidas nas colônias. Estas ordenações tiveram regência até 1821, quando o Clero, o exército e a nobreza se revoltaram e passaram a exigir uma monarquia constitucional. Sendo assim, em 1821 D. João VI convoca a primeira eleição geral para estabelecer a nova corte no Brasil.

Logo após a primeira eleição geral veio à Independência da Brasil, a nova nação se vê diante de um complexo e confuso sistema eleitoral a ser aperfeiçoado. O Brasil, enquanto império funcionava com as ordens estabelecidas pela Monarquia. Através da constituinte de 1824, as novas regras impediam a maioria da população de participar da vida política na sociedade. A concessão do direito ao voto era dada aos “cidadãos brasileiros do sexo masculino que tivessem mais de vinte e cinco anos e uma renda anual de cem mil réis” (BRASIL, 2013, p.35), ou seja, nobres, burocratas, militares, comerciantes ricos, senhores de engenho e homens de posses mesmo analfabetos. Mulheres e escravos eram vetados do direito de votar e, com a constituição de 1842, que previa que a cédula fosse assinada, acabaram por impedir os analfabetos deste direito.

Diante dos problemas enfrentados pelo Império Brasileiro, veio então a renúncia de D. Pedro I. Este deixou o trono ao seu filho, que ainda era menor de idade e por esta razão não poderia assumir o trono. O Brasil passa então a viver o período regencial que vai de 1834 até 1840, ano em que há o Golpe da Maioridade, onde D. Pedro II assume o poder.

Durante o Período Regencial entra em evidência o chamado “coronelismo”, onde grandes proprietários de terras exerciam poder de forma autoritária nas províncias, entre suas principais características estava à compra de voto e o uso da violência. Embora extinto no início do século XX, ainda é comum no Brasil existir meios de compra de voto que se assemelham muito ao coronelismo.

O próximo acontecimento marcante nesta evolução eleitoreira se deu em 1881, com a chamada “Lei Saraiva” que previa a divisão das províncias em distritos, o voto secreto e eleições diretas.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Uma grande herança deixada pelo Império foi à criação dos partidos políticos, que surgiram no século XIX: Partido Liberal (1831), Partido Conservador (1837), Partido Progressista (1862), Partido Liberal Radical (1862), Partido Liberal (1869), Partido Republicano (1870). O Partido Republicano foi fundado por uma ala do Partido Liberal Radical e possuíam ideais revolucionários. Assim,

Com o aparecimento desses partidos, ainda pouco estáveis, as lutas políticas ganharam intensidade. E era nos dias de eleição que os adversários se enfrentavam e procuravam ou ganhá-las ou tirar a limpo as suas questões. As lutas políticas, antes das eleições, obedeciam à certa moderação, quase que se restringiam a discussões no Parlamento. (FERREIRA, 2005, p.121)

Em 1875 é aprovada a Lei do Terço, que em resumo previa que quem tivesse o maior número de votos, em uma escala decrescente, seria eleito. Nesta época também começaram a se destacar as coligações entre os partidos, fato tão comum nos dias atuais.

Esta Lei do Terço

não era um processo proporcional. Simplesmente dividia os cargos eletivos a preencher em dois terços para a maioria e um terço para a minoria. Mas os partidos geralmente não se apresentavam sozinhos, e sim em coligações. A coligação que vencesse, ganhando os dois terços, seria formada de elementos de mais de um partido. E nas câmaras, seria difícil garantir que a unidade obtida nas eleições seria mantida no plenário. Assim, maioria era um conceito que se relacionava mais com uma vitória eleitoral do que propriamente com uma organização de governo (FERREIRA, 2005, p.210).

Com a formação dos partidos políticos, coligações, leis que definiam quem poderia votar e o fim da escravidão, os líderes republicanos passam a reivindicar a República. A crise no Império e a desmoralização da Família Real tornam-se inevitável.

2.1.2) República

No início do período Republicano, o Brasil ainda se desenvolveu de forma lenta, pois, as intrigas no governo e os partidos políticos colocaram em cheque os ideais a serem seguidos. Durante a República Velha, o chamado Coronelismo ainda era muito forte e, o poder se dividia entre os governadores indicados pelos proprietários de terra de São Paulo e Minas Gerais, a comumente chamada “política do café com leite”. Nessa



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

sociedade, analfabetos ainda eram excluídos de votar, assim como a figura feminina, que ocupava uma função determinada

de mãe, esposa e filha. Em decorrência da definição rígida dos papéis, às mulheres não era permitido estudar, trabalhar, tampouco exercer atividades políticas que eram de exclusiva responsabilidade dos chefes de família (BRASIL, 2010, p.84).

Esta história só vai mudar em 1932, quando mulheres, viúvas e solteiras, com renda própria passaram a votar de forma facultativa, mas somente no ano de 1946 a obrigatoriedade foi estabelecida.

Mesmo com tantos avanços no processo eleitoral, nesta época ainda era muito comum ocorrer fraudes, devido à escassez de meios para fazer uma eleição mais segura e também a falta de fiscalização adequada. Cabia às paróquias conferir quem estava apto a votar, servir de curral eleitoral e expedir o título do eleitor.

Com o fim da República Velha, em 1930 com a tomada do poder por Getúlio Vargas, a história das eleições brasileira parecia encaminhar-se para novas modificações.

Mas, já entre 1937 a 1945, no chamado Estado Novo, não houve eleições no Brasil. Getúlio Vargas “extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos” (BRASIL, 2010, p.53), assim, ele conseguiu centralizar todos os poderes políticos nas suas mãos.

Este foi um período bastante controverso da história do país. Vargas mantinha sua política interna com uma forte inspiração dos governos autoritários que surgiram na Europa – o nazismo, franquismo e fascismo –, mas sua política externa era de apoio total às democracias ocidentais, as quais lutavam contra estes mesmos governos ditatoriais, assim sendo, vivia-se uma contradição exacerbada o Brasil.

Devido a isso, descontentamentos foram gerados e, a população foi para as ruas, pedindo o fim do Estado Novo. Assim, sem conseguir prolongar a ditadura, em 1945, Getúlio anuncia eleições gerais e, em 1946, têm-se um novo presidente no Brasil, o general Dutra (BRASIL, 2010, pp. 53-54).



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Grandes mudanças na política ocorrem neste período: a obrigatoriedade e sigilo do voto foram aperfeiçoados; para evitar fraudes nas eleições passou-se a usar a chamada “cédula oficial” (1955), nessa época o uso da cédula oficial ainda não era obrigatório; também nesta época foi estabelecida a Justiça Eleitoral (1932), a fim de evitar fraudes e servir para a construção de base para o exercício pleno da cidadania (BRASIL, 2010, p.7).

Tudo parecia correr bem no que se refere a prática eleitoreira, até o então presidente Jânio Quadros renunciar à presidência e, em 1964 ser instalada a Ditadura Militar. Foram 21 anos de luta do povo em busca da democracia. No início deste período houve a criação dos dois principais partidos políticos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Vale observar que de 1964 a 1985, os governos militares não romperam completamente com o regime representativo, encontrando-se no período a realização de eleições diretas para alguns cargos. O Regime Militar conduziu o processo eleitoral de maneira a adequá-lo aos seus interesses, por conta disso, houve a criação dos ‘Atos Institucionais’, que pretendiam estabelecer a ordem no país.

Com o fim do Regime Militar houve a ascensão do multipartidarismo, (PMDB, PDS, PTB, PDT e PT) e deu-se início uma nova história para a política brasileira. Assim a Constituição de 1988, marca o retorno do regime civil no Brasil. Por isso também ela é chamada de Constituição Cidadã, porque ampliou

o rol dos direitos sociais e políticos. Assegurou a liberdade de expressão, de reunião, garantiu o direito à privacidade, à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, proibiu a prisão sem decisão judicial: tudo isso em contraponto a práticas do regime anterior, das quais se buscava o distanciamento (BRASIL, 2010, pp. 73-74)

Portanto, o final do século XIX e início do XXI são marcados por um grande avanço no sistema eleitoral, estes avanços são a modificação e fixação do atual título eleitoral, o uso da urna eletrônica para votação e apuração dos votos, plebiscitos e referendos para que decisões importantes para o país passassem a passar pela aprovação do povo.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

3. Resultados

Abandonando a mera transmissão do saber escolar, não executando apenas currículo oficial, pois “a educação já não é mais propriedade da escola, mas de toda a comunidade” (GADOTTI, 2003, p. 25), durante a realização dessa atividade, houve uma estimulante troca de ideias com os alunos, que colocaram suas opiniões sobre os assuntos tratados de forma aberta e esclarecedora.

Com essa oportunidade de conversa, conseguiu-se mostrar de forma efetiva que estávamos dispostos a ouvir o que eles tinham para falar e acrescentar outras ideias, outros pontos de vistas, adquiridos tanto com a nossa experiência e, também com os estudos feitos relativos ao tema.

Sabe-se que “o êxito do ensino não depende tanto do conhecimento do professor, mas da sua capacidade de criar espaços de aprendizagem” (GADOTTI, 2003, p. 41) e, foi isso que se buscou, tanto com a apresentação e, com a distribuição dos questionários. Questionários estes, que servirão de base para um trabalho futuro sobre como a política atual é vista, não mais só pelo viés dos alunos, mas agora pelo olhar de seus familiares.

Já ocorreu por parte da Direção da Escola Augusto Ruschi, um convite para o grupo de bolsistas apresentarem este trabalho sobre a retrospectiva do nosso processo eleitoral para os pais dos alunos. Assim, aqueles que se sentirem atraídos pelo assunto, desejarem saber mais alguma coisa sobre a política do Brasil, serão recebidos e chamados a discutir um pouco mais sobre o tema. Dessa forma, conseguiremos fazer com que o conhecimento adquirido não fique apenas dentro da sala de aula, não fique somente na instituição escolar, mas que ele circule, pela comunidade em que estes estudantes estão inseridos, trazendo a questão histórica para mais perto do cotidiano do aluno e do seu familiar.

4. Conclusão

Com a experiência em sala de aula que o PIBID proporciona, observa-se uma aprendizagem prática sobre o convívio entre aluno e professor, a dificuldade e a



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

satisfação de receber a confiança de jovens, que tem como natural de sua idade a sede de conhecimento e a desconfiança.

Sempre que nos encontramos de frente com um novo desafio é normal nos sentirmos ansiosos, temerosos e criarmos inúmeras expectativas. Chegar a uma nova escola, com o objetivo de realizar um projeto e, encontrar pessoas que nunca vimos e termos que nos relacionar com eles em alguns momentos chega a ser aterrorizante.

Em um primeiro momento, quando houve o encontro com os alunos com os quais iríamos trabalhar, houve um momento de hesitação, pois não sabíamos como iriam reagir a nós. Logo, conseguimos notar que tínhamos um grupo comprometido e muito bom de ser trabalhado. Levou algum tempo para que eles se sentissem confortáveis conosco, assim que mostramos que estávamos com a intenção de estabelecer um elo com eles, tornou-se mais fácil nossa comunicação.

O trabalho sobre a Política em Sala de Aula, estabelecido com os estudantes, foi de extrema importância para dar um enfoque no papel do voto consciente e de consciência histórica, além de mostrar que eles também fazem parte da história. Ensinar não apenas o conteúdo histórico, mas ser um educador e mostrar a eles a não ver apenas o óbvio, sempre questionar e serem cidadãos pensantes.

Não será apenas com poucas aulas que essa aprendizagem ocorrerá, é um trabalho contínuo e de persistência, mas o primeiro passo sempre tem que ser dado para isso acontecer. E foi o que nós fizemos, com a esperança que ocorra uma continuidade da formação de jovens cientes de seu papel na história e na sociedade.

5. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Eleições no Brasil**: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2013.

DANTAS, Humberto. Apresentação: o caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. In.: DANTAS, Humberto. **Educação**



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

FERREIRA, Manoel, Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: TSE/SDI, 2005.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GOMES, Edson Garcia. **Consciência política também deve ser assunto na hora do jantar**. Disponível em < <http://economaiinterativa.com.br/consciencia-politica-tambem-deve-ser-assunto-na-hora-do-jantar/>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O povo sabe votar:** uma visão antropológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. In.: DANTAS, Humberto. **Educação política:** reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê?** São Paulo: Atual, 1992.